

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1011365-97.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
 Requerente: **LUZIA COQUE ESPADACINI**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LUZIA COQUE ESPADACINI, qualificada na inicial, ajuizou ação de Procedimento Sumário em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, também qualificada, alegando ter sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 05 de junho de 2014 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 11.812,50.

A ré contestou o pedido sustentando carência pela falta de laudo do IML; no mérito, argumentou ter ocorrido a quitação da obrigação pelo pagamento administrativo, contestando, ainda, a invalidez do autor, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual as partes se manifestaram, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Não falta documento essencial à propositura da ação: *“Acidente de veículo. Seguro Obrigatório. Ação de cobrança. Invalidez total e permanente. 1. O laudo do Instituto Médico Legal é documento dispensável quando o conjunto probatório dos autos é suficiente para convencer a completa incapacidade da vítima. Preliminar rejeitada”* (cf. Ap. 9177086-24.2008.8.26.0000 - 25ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/06/2012 <sup>1</sup>).

Quanto ao pagamento administrativo, cumpre destacar que *“existência de quitação dada pelo autor que não o impede de pleitear alguma verba que não tenha integrado o “quantum” recebido”* (cf. Ap. n. 680.591-2 - 2ª Câmara Especial de Julho de 1996 “B” do 1º TACSP <sup>2</sup>).

O laudo pericial médico apurou uma redução da capacidade de trabalho do autor, permanente, da ordem de 12,5% e é claro ao indicar a sequência: *“perda completa da mobilidade de um quadril”* (fls. 186).

Para fins de se fixar um percentual da incapacidade da pessoa do autor, para o

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>2</sup> JTACSP - Volume 161 - Página 212.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

trabalho, o laudo foi claro: *“Há dano patrimonial físico sequelar estimado em 12,5% em analogia a Tabela do DPVAT (25% de 25% estimado pela perda completa da mobilidade de um quadril)”* (fls. 186).

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento é de R\$ 13.500,00, e deve ser observado, inclusive como norte em relação ao grau de incapacidade auferido, nos termos da Súmula nº 474, do STJ, que aduz: *“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”*.

No presente caso, portanto, a indenização devida em favor do autor é de R\$ 1.687,50 (um seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), correspondente ao percentual de 12,5% do valor total da indenização máxima de R\$ 13.500,00. Ocorre que o autor já recebeu administrativamente um valor de R\$ 7.087,50, nada mais sendo devido.

O autor sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P. R. I.

São Carlos, 13 de junho de 2016.

<b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b>
---